

## *“A GUERRA É A CONTINUAÇÃO DA POLÍTICA POR OUTROS MEIOS”*

### **-os Enfermeiros Militares em Portugal**

Pese embora o desconhecimento que a população de uma forma geral, e toda uma classe profissional de Enfermagem em particular, tem sobre a necessidade de saúde militar e uma minoria de enfermeiros militares em Portugal, e, mais grave sobre a própria necessidade de Forças Armadas (FA), na verdade não há só uma curiosa reminiscência militar e religiosa que intuitivamente reconhecemos na prática/ensino/usufruto de enfermagem civil como há, também, um forte sentido de dever de defesa da Pátria e de coesão nacional na existência destes profissionais, e também de outros profissionais de saúde, e no papel que desempenham no seio das FA.

Este desconhecimento, da população em geral e onde se incluem os enfermeiros civis, não está radicado apenas na ignorância quanto ao enquadramento histórico e técnico desta profissão<sup>1</sup>, ou quanto às competências profissionais de um enfermeiro militar ( ou mais prosaicamente o que faz no dia-a-dia).

Este desconhecimento é, outrossim, ampliado por algum “radicalismo” anti-militarista de *prêt-à-porter* convenientemente mediatizado/alimentado pelo poder político-económico dominante e por chefias militares, sem pejo em usar a instituição militar para defesa de interesses que não os nacionais. É farto o exemplo da famigerada medida de afastamento dos jovens das FA pela eliminação do Serviço Militar Obrigatório que, significou mais um passo na ambicionada elitização das FA e na alienação dos jovens da participação efetiva e compreensão do que é a defesa dos interesses nacionais.

É importante perceber, e daqui partir para a leitura desta opinião pessoal que apenas almeja subsidiar curiosidades, que escrevo tendo em conta a seguinte tese: “as relações da Ciência e da Técnica com o poder político existiram desde sempre, e na esfera militar em particular. Neste passado século de ascensão do imperialismo, repetidamente a descoberta científica e a invenção técnica foram postas ao serviço da indústria de guerra.”<sup>2</sup>

Pretendo ainda, no final do texto, aflorar da situação da enfermagem militar em Portugal e do associativismo sócio-profissional nas FA, no atual contexto político.

## A Enfermagem e a Guerra

A história da Enfermagem é, também, a história da Guerra. Foi em situação de conflitos, locais e mundiais, que foram possíveis os maiores avanços no que concerne à construção profissional e científica que hoje, reconhecidamente, é (ou deveria ser) atribuído à enfermagem nos diversos contextos de prática; civis ou militares.

Todos nós nos horrorizámos com as deliciosas enfermeiras *dickensonianas*, mulheres moralmente pouco recomendáveis ou sujas e que desconheciam a virtuosa necessidade de lavar as mãos, enquanto “cuidavam” do lumpemproletariado, vistas como a antítese da luminosa Florence Nightingale<sup>3</sup>, a mais famosa de todas as enfermeiras, filha da aristocracia vitoriana e que é, hoje, considerada a precursora da prática da enfermagem baseada em evidências. Mas, de facto, há prática(s) de enfermagem antes da ficcionada Sr<sup>a</sup> Gamp e depois da Sr<sup>a</sup> Nightingale e, fortemente ligadas à prática em contexto militar.

A enfermagem posterior à prática instintiva de cuidados<sup>4</sup>, tem raízes fundas nas ordens monástico-militares da Reconquista Cristã da Península Ibérica sendo a Ordem de Calatrava a primeira a cujos cavaleiros, cabiam as tarefas de, digo eu, proto-enfermagem “guerrear os mouros (...) *cuidar dos enfermos e dos fracos*, praticar o culto divino, fazer o serviço do mosteiro e recrutar homens seculares para a guerra.”(Ferreira, 2004).

No final do séc. XVI os cuidados de enfermagem prestados aos militares eram assegurados na sua maioria pelos irmãos hospitaleiros de São João de Deus, que cuidavam da população em geral, sendo que formação de enfermeiros no seio militar só viria a acontecer, em Portugal, no final do séc XIX com a primeira escola militar de enfermagem a ser fundada em 1932 (Lima, 2007).

A revolução científica da enfermagem, na sua ambiciosa e justa aceção moderna, funda-se na guerra da Crimeia(1853-56), voltamos então à nossa Florence Nightingale, e a sua consolidação nas guerras mundiais do séc. XX. Afirmarmos que foram os esforços de guerra, sobretudo na 2<sup>a</sup> Guerra Mundial, que deram o (atual) sentido à enfermagem não é cairmos no exagero: a influência da enfermagem militar nas descobertas relativamente ao cuidado de feridas traumáticas (materiais e técnicas), desenvolvimento de novas drogas, a transfusão de sangue, a abordagem ao trauma emocional, a triagem em catástrofe, a evacuação de feridos, a enfermagem de

reabilitação(...) são exemplos desse enorme contributo.

É importante enquadrarmos os avanços das Ciências de Enfermagem arregimentando esse mesmo desenvolvimento na relação que há entre Ciência e Guerra, como muito bem coloca Rosa (2003) “O conhecimento científico é um produto da mente humana e indissociável da realidade social em que é gerado. O papel da ciência como instrumento da ação política no seio social está bem ilustrado pela sua apropriação pelo poder político para fins militares durante e após a Segunda Guerra Mundial. O radar, a energia nuclear (reatores e bombas), o computador e os antibióticos, são algumas das revolucionárias descobertas científicas e invenções técnicas iniciadas por esse tempo” e, ainda, de que há guerras e guerras, ou seja, na aceção marxista ter sempre presente que condições históricas deram origem à guerra e que classes as estão a travar.

É por isso importante, também dizer que foi a Enfermagem que deu à Instituição Militar a participação da mulher no campo de batalha propriamente dito, com a utilização pela primeira vez de enfermeiras militares na evacuação de feridos diretamente do campo de batalha, pelo Exército Vermelho, durante a 2ª Guerra Mundial, enquanto os nazis por opção ideológica deixaram as mulheres de fora das escolhas estratégico-militares. Em Portugal, tivemos entre 1961/74 enfermeiras paraquedistas que, sendo civis oriundas de classes engajadas com o fascismo, receberam treino militar para atuar na guerra colonial.

### **Saúde Militar e Enfermeiros nas FA**

A Saúde Militar é definida por Lameiras (2009) como “a promoção e manutenção da saúde física e mental dos efectivos militares, como também a sua protecção dos riscos resultantes de factores adversos para a saúde, e ainda, a sua adaptação ao ambiente físico e psicológico característico do meio militar. Por outro lado, a verdadeira razão de ser da Saúde Militar assenta na sua componente operacional, a qual visa a garantia das condições de bem-estar bio – psico- social dos efectivos militares, em particular no apoio às forças em operações ou em campanha.”

Para Marques citado por Lima (2007 ) a existência dos hospitais militares tem como propósito “a realização de tarefas específicas dos serviços de saúde militares; prestar apoio hospitalar a família militar; facilitar o treino e enquadramento militar ao pessoal militar da saúde de modo contínuo.”

Na sua formação um enfermeiro militar tem óbvia e dupla vertente: uma académico-científica e outra militar, sendo que, vai adquirindo competências tão diversas quanto os abrangentes e inesperados cenários em que pode intervir e, pela letra de um enfermeiro militar<sup>5</sup> “procurando sempre proteger e defender a vida humana, seja ele militar, civil, aliado ou hostil”. Após o ingresso nas FA os enfermeiros podem desenvolver as suas atividades em: hospitais militares, centros de saúde militares, unidades militares e missões no estrangeiro, no âmbito da NATO ou ONU.

Comparativamente aos enfermeiros civis, os enfermeiros militares “sentem afectado o seu desempenho profissional autónomo e legislado pela Ordem dos Enfermeiros. Esta “afecção” possivelmente prende-se com a hierarquia militar, e com o facto de nem sempre os superiores hierárquicos corresponderem ao mesmo ramo de exercício, mas nem por isso, deixam de poder exercer a autoridade, mesmo sem conhecimento da área, das rotinas e dos procedimentos.” (Lima, 2007). Esta autora também chama a atenção para um aspeto particularmente importante da prática de enfermagem em contexto militar pelos problemas éticos que se lhe colocam, demonstrando que a existência de desigualdades no estatuto militar dos enfermeiros em relação a outros profissionais de saúde militares pode interferir na autonomia profissional de uma profissão que não (deveria) depender (em exclusivo) do juízo de outros profissionais de saúde ou de outros militares, de outros contextos profissionais, na categoria de oficiais.

### **O Associativismo sócio-profissional nas FA, os Enfermeiros Militares e a sua situação em Portugal**

Sobre o associativismo militar Mexia (2009) afirma: “Apesar de, em 2001, ter sido aprovada na AR, por unanimidade, a Lei do Direito de Associação Profissional dos Militares, ainda se verifica um grande desconhecimento sobre o tema, que continua a ser tratado como tabu nalguns círculos militares. O tema é considerado um assunto melindroso e está fortemente enraizada no meio militar a percepção de que, a filiação como associado de uma das APMs pode ser prejudicial para a carreira militar”.

Penso ser importante sublinhar a expressão, coragem, criatividade e dinâmica coletiva que o movimento associativo militar tem assumido nos últimos anos- que nos leva a considerar que os tabus existem em círculos militares... elitistas- em defesa de direitos consagrados constitucionalmente, de defesa da soberania nacional, afirmação da sua missão em defesa de Portugal e não de um qualquer governo, em rejeição da continuada degradação da situação sócio-

profissional e da qual, os enfermeiros militares não são exceção mas, exemplo pragmático.

A Associação Portuguesa de Enfermagem Militar (APEM), fundada em 1996, constituiu-se tendo, entre outros, os objetivos da discussão técnico-científica própria da enfermagem militar e afirmar-se como interlocutor dos enfermeiros militares, voz do seu descontentamento face à impossibilidade de progressão na carreira destes militares.

Não é por acaso que falamos de criatividade quando falamos da APEM que, não sendo formalmente uma associação profissional de militares mas, uma associação de enfermagem militar-coisas conceptualmente diferentes, como está bom de ver- pode, nas circunstâncias da atual legislação do direito à associação profissional de militares ter uma agenda reivindicativa mais consequente e abrangente.

A atual legislação proíbe o direito de associação militar sem ser por categoria (praças, sargentos e oficiais) sendo a APEM, que é não uma associação de militares, esmagadoramente constituída por enfermeiros militares sargentos ou oficiais e até por civis. Tem na sua agenda reivindicativa, desde a sua fundação e de forma vincada, aspetos da progressão na carreira dos enfermeiros militares; a carranca do navio no sentido mais nobre, sendo o interlocutor das justas aspirações profissionais dos enfermeiros militares.

Os enfermeiros militares apesar de licenciados, note-se que este é o grau académico previsto no Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR) que confere o acesso à carreira de oficiais, continuam, ao arpejo da lei e do bom senso, a ser integrados na categoria de sargentos.

Com iniciativas ao longo dos anos, a APEM que no meu ponto de vista é funcionalmente uma associação de militares, é quase sempre excluída dos sucessivos grupos de trabalho criados pelas chefias militares para o efeito de resolução dos problemas da carreira dos enfermeiros militares. Esta associação tem sinalizado, já este ano e com eco em diversos órgãos de comunicação social, de que *estão criadas desde há muito tempo, as condições legais que sustentam as legítimas expectativas de transição para a classe de oficiais, como uma necessidade do exercício da profissão de Enfermeiro.*

É, aliás, notícia do DN de 16 de dezembro de 2012 que cita fonte próxima da APEM “a adoção de medidas no limite da disciplina militar e da obediência” e “não está em causa dinheiro nem regalias, apenas a valorização das funções de enfermagem nas FA” a confirmar que o estatuto

militar de oficial é uma necessidade do exercício de Enfermagem como profissão autónoma.

Tendo em conta que, desde 1988 o ensino da Enfermagem está integrado no sistema educativo nacional a nível do Ensino Superior Politécnico e a Escola do Serviço de Saúde Militar confere desde 2001 licenciatura em enfermagem e de que o EMFAR afirma: "categoria de oficiais cuja formação de base é uma licenciatura ou equivalente, destina-se ao exercício de funções de comando, direcção ou chefia, estado-maior e execução que requeiram elevado grau de conhecimentos de natureza científico-técnica e de qualificação"; a inclusão dos enfermeiros na categoria de oficiais tal como acontece com outros profissionais da Saúde Militar, médicos e psicólogos, é da mais elementar justiça face às habilitações académicas que possuem. O direito à realização profissional e à progressão na carreira encontra-se explícito no EMFAR.

Em pergunta feita pelo Grupo Parlamentar do PCP<sup>6</sup> ao Ministério da Defesa Nacional acerca da integração dos enfermeiros militares na categoria de oficiais a resposta foi, como cantam os outros, "*que parva que eu sou*", confirmando o postulado acima referido do EMFAR para a seguir afirmar que um enfermeiro para ser oficial deve candidatar-se à frequência de cursos ou tirocínios que possibilitem o ingresso em categoria de nível superior, pasme-se!, não compatível com funções de enfermeiro. Na lógica falaciosa as funções de enfermeiro são essencialmente de execução e um oficial só comanda. Para aspirar a ser oficial deve abandonar-se a profissão de enfermeiro e desempenhar-se funções noutras áreas de onde se pode concluir, que este poder político não reconhece, a toda uma classe profissional, não apenas aos enfermeiros militares, a dignidade da autonomia da profissão.

É, julgo, em torno da luta concreta de cada associação militar que se podem afirmar e refletir os valores democráticos. E valores democráticos, onde se incluam a necessidade de rutura com as aspirações hegemónicas das potências beligerantes que, nos usam as FA, para atingir os seus propósitos nas suas guerras pelo petróleo. Onde os sucessivos governos quiseram despojar os jovens da crítica e da defesa da soberania nacional é, aqui, no espaço do associativismo militar que está a chave para a ampliação da consciência democrática entre os militares e afirmação do direito à insubmissão.

Este é o Governo e estas têm sido as políticas que desmantelam as FA em território nacional, nos tornam mais vulneráveis, menos soberanos, mas que compra submarinos que não podíamos pagar (e com que, talvez, nos clubes de *bridge* restrito das chefias militares, se brinque à batalha naval).

Estas têm sido as políticas que consagram no OE de 2013 cerca de 54 milhões de euros para missões externas em desígnios militaristas da NATO<sup>7</sup> e militarização da União Europeia mas, que não assume com dignidade os complementos dos ex-combatentes, rouba nos salários e pensões, no acesso à saúde, à educação dos militares e suas famílias e não assume as carreiras tal como a própria lei obriga.

## Fontes:

APEM (2012), “Da fase embrionária aos dias de hoje”, disponível em <http://www.apem.com.pt/a-apem/evolucao.html> (24 dez., 2012)

Ferreira, M. (2004), “A normativa das ordens militares portuguesas: (sec XII-XVI): poderes, sociedade, espiritualidade. Dissertação de Doutoramento”, disponível em <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/19652> (21 dez., 2012)

Lameiras, I. (2009), “A gestão dos enfermeiros nas instituições de saúde do exército. Dissertação de mestrado”, disponível em <http://hdl.handle.net/10071/3627> (21 dez., 2012)

Lei Orgânica n.º 3/2001, de 29AGO(Lei do direito de associação profissional dos militares)

Lenin, V.I (1917), “War and Revolution”, disponível em <http://www.marxists.org/archive/lenin/works/1917/may/14.htm> (27 dez., 2012)

Lima, P. (2007), “Enfermagem Militar: considerações de ordem ética sobre o seu estatuto e as suas características. Dissertação de Mestrado”, disponível em [http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/1113/1/3602\\_Disserta00E700E30%2520Enfermagem%2520Militar-Julho%25202007.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/1113/1/3602_Disserta00E700E30%2520Enfermagem%2520Militar-Julho%25202007.pdf) (21 dez., 2012)

Lourenço, E. (2011), “Ser Enfermeiro Militar”, originalmente publicado em Newsletter da Secção regional Norte da Ordem dos Enfermeiros, disponível em <http://saudeeportugal.blogspot.pt/2012/02/ser-enfermeiro-militar.html> (26 dez., 2012)

Mexia, C. (2009), “Dinâmicas do Associativismo Militar em Portugal. Dissertação de mestrado” disponível em <http://biblioteca.sinbad.ua.pt/teses/2009001226> (21 dez., 2012)

Ordem dos Enfermeiros (2012),A “Memorando sobre a situação da Enfermagem nas FA's”, disponível em [http://www.ordemenfermeiros.pt/comunicacao/Documents/Enf\\_Militar\\_VF.pdf](http://www.ordemenfermeiros.pt/comunicacao/Documents/Enf_Militar_VF.pdf) (23 dez., 2012)

PCP (2012), “Integração dos enfermeiros militares na categoria de oficiais”, disponível em <http://www.pcp.pt/print/257988> (24 dez., 2012)

Pedrosa, A. (2004), “A enfermagem Portuguesa- Referências Históricas”, Revista Referência, nº11.

Rosa, R. (2003), “A Ciência ao serviço da guerra?”, Intervenção no Fórum social português, 7 de Junho

Roux, Gayle M.Halstead, Judith A. (Eds.) (2009) “Issues and trends in nursing :essential knowledge for today and tomorrow” disponível em [www.jblearning.com](http://www.jblearning.com)

Science Museum, “Medicine in the War Zone”, disponível em <http://www.marxists.org/archive/lenin/works/1917/may/14.htm> (30 dez., 2012)

Kingsbury, J. (1943), “Red Medicine in Wartime” originalmente publicado no jornal New Masses em 22 de Junho de 1943, disponível em <http://www.unz.org/Pub/NewMasses-1943jun22-00015>

- 1 A este propósito Lameiras (2009) refere-se a “Só alguns estereótipos formados relativamente às actividades dos enfermeiros na fase inicial de carreira e as representações sociais que, em alguns sectores da sociedade, ainda estão associadas à profissão, têm impedido esta alteração.” o que me parece demasiado apressado para analisar o problema da não inclusão dos enfermeiros militares na categoria de oficiais.
- 2 Rui Namorado Rosa, A Ciência ao Serviço da Guerra?, Intervenção no Fórum Social Português, 7 de Junho de 2003, disponível em <http://resistir.info>
- 3 Biografia de Florence Ningtingale disponível em <http://www.victorianweb.org/history/crimea/lorrie.html>
- 4 Ver <http://inter.coren-sp.gov.br/node/182> para resumo do desenvolvimento das práticas de saúde em diferentes períodos históricos
- 5 Lourenço, E. (2011), “Ser Enfermeiro Militar”, originalmente publicado em Newsletter da Secção regional Norte da Ordem dos Enfermeiros, disponível em <http://saudeportugal.blogspot.pt/2012/02/ser-enfermeiro-militar.html> (26 dez., 2012)
- 6 Pergunta ao MDN e resposta, disponíveis em <http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalhePerguntaRequerimento.aspx?BID=71649>
- 7 De notar que várias dezenas de enfermeiros militares portugueses cumprem, ou cumpriram, missões no estrangeiro, em acordo com o direito humanitário internacional e sentido ético de dever profissional que devemos reconhecer a qualquer enfermeiro, e pelos quais nutro o devido respeito.